

Sarney adverte que governo tem força

São Paulo — Numa dura advertência pública a seus críticos, interpretada como uma resposta às declarações do general Octavio Medeiros, o presidente José Sarney alertou-os para não confundirem sua humildade e prudência com indecisão e fraqueza. Num longo discurso de improviso durante a inauguração da hidrelétrica de Rosana, no interior paulista, o presidente assegurou que, nos momentos necessários, tem assumido "atos de coragem" do interesse do país e garantiu que manterá o mesmo comportamento.

Sarney, em entrevista, voltou a dizer que o Brasil não cederá às pressões para se submeter a monitoramento do FMI. Reconheceu que o périplo do ministro Dilson Funaro pelos países credores "não abriu nenhuma discussão ainda sobre a proposta brasileira" para a renegociação da dívida externa. No pronunciamento, ele atacou os governos que o antecederam — que antes, apoiou, como presidente nacional da Arena e do PDS.

Palmas e protesto

Acompanhado por sua mulher, d. Marly, e pelos ministros do Gabinete Militar, general Bayma Denys, do Planejamento, João Sayad, das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e das Relações Exteriores, Abreu Sodré, o presidente, ao desembarcar, foi aplaudido por populares e centenas de crianças das escolas locais, com palmas puxadas pelo governador Franco Montoro.

Cerca de cem representantes dos "sem-terra", desapropriados pela Cesp (empresa estatal que construiu a hidrelétrica), e de pequeno e médios agricultores (que protestavam contra as políticas de juros e subsídios agrícolas), carregando faixas, não conseguiram fazer chegar seus apelos ao presidente. Os ônibus que conduziam a comitiva passaram em alta velocidade diante dos manifestantes.

Na sua última visita a São Paulo na atual administração, Sarney prestou homenagem ao governador Franco Montoro, um dos candidatos à sua sucessão. "Foi ele o arauto, o pregador, o evangelizador da redemocratização do Brasil. Foi ele um dos construtores da mudança, um dos homens que viu a possibilidade, um clarão para que o país ingressasse numa era de transição sem traumas e sem violência, como é a da tradição, da história e do sentimento brasi-

leiros", destacou o presidente, após ouvir o hino nacional cantado pelo coral da Fundação Cesp e acionar o botão que ligou a primeira turbina da hidrelétrica de Rosana.

Promessa

O otimismo foi a tônica do discurso e da curta entrevista concedida por Sarney. "Posso assegurar aos brasileiros", garantiu, "que o Brasil não tem nenhum problema estrutural em sua economia que possa nos indicar que a catástrofe está ao nosso alcance".

"Ao contrário", prosseguiu, "estamos atravessando momentos de acomodação de preços relativos, enfrentando uma inflação monetária especulativa e psicológica, cujos remédios nós sabemos quais são. Estes são muitas vezes amargos, mas o amargor deles, quem prova em primeiro lugar é o presidente da República. Sou eu que tenho que pagar os custos políticos. Mas o presidente cumprirá o seu dever".

"O que o presidente não pode é ser demagogo, apresentar soluções simples para problemas extremamente difíceis que se acumularam ao longo dos anos", disse, apontando como exemplos os setores de energia e transportes, "que encontramos totalmente defasados".

Destacou os avanços políticos de seu governo — legalização dos partidos clandestinos, das centrais sindicais, instalação da Assembléia Nacional Constituinte — e acentuou que essas realizações não aparecem mais porque ele, Sarney, é "um homem humilde como são todos os brasileiros".

"Mas não deve, nunca, ser confundida a prudência com indecisão ou fraqueza. O presidente tem mostrado ao Brasil que, nos momentos necessários, é capaz de tomar os atos de coragem que são de interesse do país. E continuarei a tomá-los", disse o presidente. Suas palavras foram interpretadas como uma dura resposta às críticas que recebeu do ex-chefe do SNI do governo Figueiredo, general Octavio Medeiros, e dos adversários que o acusam de não comandar o país com firmeza.

Sarney concluiu seu discurso manifestando "absoluta certeza" de que chegará ao fim de seu governo "com o Brasil devolvido ao seu crescimento econômico e com a sua economia estabilizada".



Sarney: "Prudência não deve ser confundida com fraqueza"

Tropa na rua constrange PMDB

A ocupação das refinarias de petróleo por tropas militares criou constrangimentos ao PMDB no plenário da Constituinte. Diante de acusações dos líderes do PT, PDT e PC do B de que o governo havia recorrido ao Exército para "prejudicar e intimidar os trabalhadores", o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, apenas se defendeu com a desculpa de que não tinha sido avisado da intervenção e prometeu telefonar imediatamente ao presidente Sarney "para pedir que as tropas sejam retiradas e que medidas como essa não se repitam".

Mesmo diante da constatação de que "atitudes de intervenção dos militares são indefensáveis no plenário da Constituinte", três deputados do PMDB — Ibsen Pinheiro (RS), José Fogaça (RS) e Carlos Mosconi (MG) — se uniram para defender o governo. "Não houve intervenção, apenas a preocupação com o equipamento das refinarias. Os sindicatos continuam livres", disse Ibsen, que é um dos vice-líderes do partido. Mas sem esconder o constrangimento, desabafou no final da sessão para o líder do PT, Luis Ignacio Lula da Silva: "O que você queria que eu dissesse?" Com um sorriso irônico, Lula, um ex-operário metalúr-

gico, respondeu: "Trabalhador nunca estragou equipamento". E Lula prometeu apresentar um projeto de decisão — instrumento da Constituinte com força de lei — proibindo a intervenção das Forças Armadas em conflitos trabalhistas e em greves, pois acha que tropa na rua intimida os constituintes e representa ameaça à independência de sua atuação.

No QG do Exército, um oficial disse que antes de colocar blindados nas ruas o governo mede o desgaste político da decisão, mas leva em conta principalmente a necessidade de dar demonstração de força, para não perder o controle da situação. Nos últimos 100 dias, mais de 20 tanques das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia foram vistos nas ruas, indicando que Sarney os usa mais do que os governos militares que o antecederam. Em duas oportunidades — no badernaço (protesto contra o Cruzado II) do dia 27 de novembro, em Brasília, e na greve geral de 12 de dezembro — os tanques foram movimentados com o pretexto político de garantir a ordem. Diante da ameaça de greve dos petroleiros, o que os levou às refinarias foi, oficialmente, a necessidade de garantir a produção e preservar as instalações, atitude que países de democracia consolidada também adotam.

Medeiros diz a generais que não deu entrevista de crítica ao governo

Brasília e Porto Alegre — O ex-chefe do SNI e atual diretor do Departamento Geral de Pessoal do Exército, general Octavio Medeiros, não deverá ser punido pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves por causa de declarações criticando a falta de firmeza do governo diante das greves, que teria feito ao jornal *O Estado de S. Paulo*. O chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, e o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, informaram ao presidente José Sarney que Medeiros desmentiu as críticas.

Na edição de ontem, *O Estado de S. Paulo* publicou entrevista na qual o general Medeiros dizia que falta "pulso firme" ao governo federal para coibir a greve dos marítimos e a ameaça de paralisação dos petroleiros, e advertia que "o conceito de autoridade está abalado". "Como falta pulso ao governo se o Exército colocou os seus soldados nas refinarias?", indagou o general Bayma Denys.

Em Porto Alegre, o chefe da sucursal de *O Estado de S. Paulo*, Francisco Oliveira, afirmou: "Publicamos exatamente o que o general Octavio Medeiros nos disse." Informou que o chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército fez as declarações à repórter Maria Isabel Hammes, depois de ter almoçado no City Hotel. Segundo Oliveira, a entrevista foi testemunhada pelo cunhado de Medeiros, o jornalista Antônio Carlos Ribeiro, e por uma terceira pessoa cujo nome não sabe.